



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000
www.camarademariana.mg.gov.br

ATA DE REUNIÃO DE COMISSÃO PERMANENTE DE VIAÇÃO, OBRAS PÚBLICAS, AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E MEIO AMBIENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA, REALIZADA NO DIA DEZ DE SETEMBRO DE DOIS MIL E DEZOITO (10-09-2018).

No dia dez de setembro, na Câmara Municipal de Mariana, às dez horas e trinta e dois minutos, realizou-se a reunião da comissão de Viação, Obras Públicas, Agricultura, Indústria, Comércio e Meio Ambiente (Presidente: Marcelo Macedo; Vice-Presidente: Daniely Cristina Alves; Vogal: Deyvson Ribeiro), sendo presidida pelo vereador Marcelo Macedo. Estiveram presentes: o Secretário de Defesa Civil, Braz de Azevedo; o Coordenador de Serviços de Análise de Projetos Urbanos, a Estagiária Aline e Sr. Tales Carvalho Caputo Castro, representando o Secretário de Obras e Planejamento Urbano, Sr. Fábio Fernandes; Chefe do DEMUTRAN, Sr. Eliabe de Freitas; Professora Hebe Maria Rôla Santos, Senhora Maria de Lourdes Antunes e Senhora Maria do Carmo, moradoras da rua Dom Silvério; Assunto: Apresentação do Projeto Viário para adequação do estacionamento de veículos na praça São Pedro e tráfego de veículos na rua Dom Silvério. A vereadora Daniely realizou a leitura dos Ofícios. Sobre a rua Dom Silvério, conforme definido na reunião anterior, Sr. Eliabe disse que o IPHAN encaminhou as propostas de alteração no decreto à Casa, há algumas questões pertinentes a discutir, ouvir as demandas dos moradores para acrescentar no decreto. Referente à circulação de ônibus de turismo, Sr. Eliabe disse que não se pode prejudicar o turismo na cidade, mas ressalva que, quando o ônibus não for destinado ao turismo, é preciso haver uma forma de proibir, principalmente os micro-ônibus de mineradora. É possível colocar no decreto que os micro-ônibus de fretamento não deverão manter circulação fixa no centro histórico. Sr. Eliabe disse que o IPHAN fez correções pertinentes. O chefe do departamento de trânsito informou que o projeto de sinalização está bem encaminhado, quase pronto para dar entrada no Instituto. O vereador Deyvson assinalou que é importante a questão da proibição dos ônibus de fretamentos, acrescentando que ainda continua ônibus de empresas, nos horários de noite, entre 19h e 20h, subindo a rua do Catete, isso não pode, é proibido. É preciso multar esses ônibus. Sr. Eliabe disse que foi encaminhado uma Comunicação Interna (CI) para o setor da Guarda Municipal solicitando o reforço, de modo a coibir a infração, propondo realizar uma operação de fiscalização. Sr. Eliabe ressaltou que enviará um ofício às empresas pedindo para respeitar a sinalização da rua e informando que é necessário contornar na prefeitura. O secretário sugeriu que os micro-ônibus de turismo passassem no terminal turístico e solicitasse uma autorização permitindo a circulação no centro histórico. É preciso orientar esses responsáveis pelos micro-ônibus para desembarcarem os turistas, seja no SESI ou no colégio Providência e que depois o veículo deveria retornar, de modo a ter controle. Diante disso, ficou acordado na reunião que seria inserido no decreto o texto sobre a circulação do micro-ônibus, o seu controle no terminal turístico. A professora Hebe perguntou como vai ser a fiscalização, eletrônica ou física, pois a circulação irregular ocorre mais à noite. Sr. Eliabe disse que a princípio a fiscalização será física, mas nada impede de buscar mecanismos para facilitar esse trabalho no centro histórico. Ressaltou que é usado também o apoio da comunidade para fazer as denúncias, o número 153 fica à disposição 24 horas. A professora Hebe disse que a fiscalização eletrônica seria interessante, o uso de câmeras, por exemplo. O secretário Braz disse que mesmo com fiscalização eletrônica, é preciso a presença física para fazer a autuação. Sra. Maria do Carmo perguntou se vai haver um informativo na rodoviária. O secretário Braz disse que pode ser colocado nas rodovias e no centro histórico. A moradora disse que isso será melhor, para que a pessoa não seja pega de surpresa. Com a palavra, o vereador Deyvson disse que ele sugeriu na última reunião colocar no decreto a forma de fiscalização. O vereador disse que é preciso deixar claro isso no decreto. Não adiante ir só orientar, é preciso especificar o valor da multa, especificar o poder da Guarda Municipal. Deve haver algo mais rigoroso. O secretário disse que procede de acordo com o Código de Trânsito, a legislação é de responsabilidade da União. A Guarda pode notificar o infrator e remover o veículo através de convênio Polícia Civil. Mas o município não possui esse convênio com a Polícia Civil. Assim, já está sendo discutido esse convênio com o Doutor Isaías. O secretário disse que não há necessidade de colocar o valor das multas, isso já consta no Código, sugerindo constar no decreto a notificação e as medidas



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000
www.camarademariana.mg.gov.br

administrativas. Sobre a carga e descarga constada no artigo 5, de 06 às 09h e de 19h às 22h, o vereador Deyvson questionou como vai ficar a carga e descarga no intervalo (9h01 e 18h59). O vereador disse que há vários pontos de carga e descarga. Sobre esse horário, Sr. Eliabe assinalou que foi uma inclusão do IPHAN no decreto. O secretário Braz disse que o que está no decreto são para os veículos especificados, não diz respeito à carga e descarga no geral. O vereador Deyvson entende que entre o horário de 9h01 e 18h59, a carga e descarga vai ficar livre, vai realizar a descarga normalmente, muitos precisam disso, só que não pode usar como estacionamento, atrapalhando a visão do centro histórico. O vereador pediu para convidar o IPHAN para esclarecer a inclusão dos horários de carga e descarga no decreto. O secretário disse que é muito complexo essa questão. O vereador Deyvson assinalou que é preciso uma audiência pública para discutir o tema. Sr. Eliabe disse que o decreto dispõe sobre a circulação de veículos pesados no centro histórico, o debate de carga e descarga é outro. Sr. Eliabe sugeriu a retirada do artigo 5 explicando o motivo, e que seja tratado em outro decreto. O presidente Marcelo sugeriu a retirada do artigo 5. A professora Hebe disse que esse artigo não foi apresentado na última reunião, assim o IPHAN deveria estar na reunião para explicá-lo. É um artigo controverso. A professora sugeriu que o artigo seja retirado provisoriamente, até entender o motivo dessa inclusão. O secretário Braz sugeriu a retirada do artigo, pois a Associação Comercial não foi ouvida sobre a questão da carga e descarga, que seja mantida apenas a circulação de veículos pesados. A professora Hebe sugeriu aprovar apenas a parte discutida. O secretário Braz disse que a carga e descarga está sendo discutida no CONTRAT, já está se pensando em campanhas educativas. O presidente pediu para que antes da publicação do decreto seja encaminhada uma cópia à Casa. Sobre o estacionamento na praça de São Pedro, Sr. Tales disse que o projeto para regulamentar a praça partiu da Secretaria de Cultura, foi feita uma solicitação à Secretaria de Obras, para regulamentar o estacionamento de veículos pesados no local. O projeto foi apresentado ao IPHAN e propondo a criação de um trevo para dificultar o estacionamento de veículos pesados. O Instituto pediu para concentrar as ações do executivo, porque já estava acontecendo reuniões sobre o tema, em que a Secretaria de Obras não estava participando. Dessa forma, Sr. Tales disse que é preciso uma adequação no projeto inicial. A questão da igreja é complexa, deve ser um projeto que respeite o patrimônio, evitando ao máximo a descaracterização, a intervenção tem que ser simples. Para essa intervenção, é importante ouvir os moradores e o comércio local. Também, há a questão do estacionamento da Renova, parece que não houve um bom diálogo entre o Chefe do Departamento de Trânsito e a Fundação. Seria necessária uma audiência para discutir o estacionamento na praça. É preciso abrir o tema para discussão. Não pode ser uma medida apenas do executivo. Sr. Eliabe disse que diante de várias reclamações, o DEMUTRAN procurou a Fundação Renova para entender o que estava acontecendo, foram realizadas reuniões, ele orientou os funcionários a melhor utilização do espaço, de modo a causar menos impacto à vizinhança, pois a Renova vem causando um prejuízo aos que moram no entorno da praça. Esclareceu que o DEMUTRAN não pode proibir a Fundação de utilizar o local. Não se pode proibir um determinado grupo. É preciso um motivo. Com relação à negociação, foi solicitada algumas intervenções à Renova, sendo elas atendidas, mas só que o problema não é só com ela, há caminhões e ônibus estacionando na praça. Então, o DEMUTRAN tem intervenções a fazer no local, haverá algumas proibições de estacionamento em alguns trechos que estão prejudicando a circulação de veículos. Esclareceu que apenas um trecho da praça será liberado, além disso serão proibidos ônibus e caminhões de estacionar no local. O secretário Braz disse que as placas foram solicitadas, provavelmente esta semana essas placas estarão instaladas. Informou que será notificada a Renova, e que após a colocação das placas será verificado o impacto disso. A professora Hebe afirmou que é preciso tomar providências quanto à praça, pois o local está sendo muito prejudicado com o estacionamento excessivo de veículos. Com a palavra, o presidente Marcelo disse que a Fundação está ocupando um espaço turístico, não pode tomar conta da praça São Pedro, enchê-la de carros. A moradora Maria do Carmo perguntou sobre o limite de velocidade na rua Dom Silvério. Sr. Eliabe explicou que o limite é de 40 km/h em vias públicas, acrescentou que não há equipamento para fazer a aferição da velocidade. Assim, foi sugerido à Secretaria de Obras um projeto para elevar as calçadas como forma de limitar velocidade e ao mesmo tempo garantir a acessibilidade do pedestre. Sr. Tales disse que não tem conhecimento desse projeto, mas pode procurar saber e verificar se já foi



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000

www.camarademariana.mg.gov.br

elaborado ou aprovado pelo IPHAN. A professora Hebe perguntou se essa limitação se estende às motocicletas. Sr. Eliabe disse que sim. Sr. Tales disse que os projetos feitos para o Centro Histórico são elaborados pela prefeitura e encaminhando ao IPHAN, o qual faz as considerações, depois disso são feitas reuniões entre o Instituto e a Secretaria de Obras para se chegar a um projeto final. Sr. Tales informou que a secretaria levará em consideração a demanda das moradoras da rua Dom Silvério. Ainda, acrescentou que trará informações depois se esse projeto já foi elaborado pela secretaria. O presidente Marcelo disse que as alterações serão encaminhadas ao executivo para incluir no decreto. Dando prosseguimento à reunião, o presidente Marcelo convidou os moradores Antônio Claret, Marcos Macedo e a Senhora Marcilene do bairro Dandara para comporem o plenário. A vereadora Daniely leu o relatório da visita técnica realizada no bairro. O presidente Marcelo informou que a comissão enviará o relatório com as reivindicações dos moradores sobre a visita técnica realizada no bairro Dandara ao prefeito, reforçando o pedido do fechamento da antiga linha de trem. Enviar também um ofício ao diretor Amarildo, porque ele ficou de voltar ao bairro para verificar a situação da lagoa e não foi ainda. O presidente disse que a comissão encaminhará o relatório da visita técnica ao bairro Dandara via ofício à Secretaria de Defesa Social, à Secretaria de Obras, Associação de Moradores do bairro. A moradora Marcilene apresentou a licença ambiental para captação da água para a lagoa. O presidente Marcelo disse que essa cópia do licenciamento será encaminhada ao diretor do SAAE, Sr. Amarildo e à Secretaria do Meio Ambiente, também cobrando um retorno dessa secretaria, representada pelo secretário Rodrigo e Sr. Alex, para resolver definitivamente a situação da lagoa. O presidente da associação de moradores, Sr. Marcos Macedo, afirmou que o Secretário Fábio ficou de fazer a ligação da água para a lagoa, já que o SAAE alegou que não era de sua competência. O presidente Marcelo disse que a comissão enviará um ofício ao Secretário de Obras, informando o que ficou acertado com o Sr. Marcos e pedindo uma providência. A vereadora Daniely esclareceu, através de seus conhecimentos técnicos, que o documento apresentado pela moradora Marcilene ainda não é o licenciamento, é apenas o início do processo, é uma certidão de registro inicial concedida pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD) para conseguir a licença. Sr. Marcos disse que o documento apresentado pela moradora Marcilene foi elaborado junto ao Sr. Alex, o qual disse que a secretaria de meio ambiente municipal é quem decide a questão da licença. A vereadora disse que a comissão pedirá um posicionamento oficial do Sr. Alex afirmando se o documento apresentado pela moradora já é uma licença. O presidente Marcelo disse que será feita uma visita técnica na abertura da rua, próximo à escola Flecha e ao Arena, está havendo muitos questionamentos. O secretário Braz disse que o motivo é melhorar o fluxo de veículos, os quais já sairão na rotatória. A vereadora Daniely ressaltou que o questionamento dos moradores é consequência da obra de melhorias do bairro Colina, os moradores gostariam de saber o que será feito. Assim, é preciso dar divulgação pública antes de iniciar uma obra. O presidente Marcelo disse que a empresa CONE fez todo o levantamento daquela área e agora percebe que tem que abrir uma rua. A Prefeitura paga um absurdo para elaborar um projeto. O secretário Braz disse que não havia feito nada no local, porque legalmente a área não era do município, agora o DNIT está cedendo essas áreas do perímetro urbano. O presidente Marcelo afirmou que o município pagou uma empresa para fazer o projeto de melhorias no trânsito do bairro Colina e a cada dia surge um problema. Em todos os projetos elaborados pela CONE parece que a empresa nem foi no local, apenas fez o levantamento topográfico. São vinte e três projetos elaborados por essa empresa. O presidente duvida que não haja profissionais na prefeitura que poderia elaborar esses projetos. A empresa já levou milhões. A questão é que deve haver transparência, ter responsabilidade com dinheiro público. Sobre a obra no bairro Colina, já foram feitas várias intervenções, e que não ouviram a comunidade. O presidente Marcelo disse que não há fiscalização e acrescentou que tem certeza de que os projetos das vinte e três obras com empréstimos do BDMG foram feitos de qualquer jeito, que os quinze milhões não serão o suficiente para finalizá-las. Nada mais havendo, a reunião foi encerrada às doze horas e onze minutos.